

## **INTERVENÇÃO NO DEBATE DO PROGRAMA DE GOVERNO**

**Dezembro de 2004**

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Em apreciação está um Programa que o Governo Regional pretende apresentar como de continuidade dos governos que nos últimos oito anos se responsabilizaram pela condução da política económica nos Açores. Na lógica do mesmo, os resultados obtidos, a maior parte das vezes dissociados de uma análise crítica e tão completa quanto seria desejável, são classificados de ímpares em relação a todo o período autonómico, levando à conclusão que se deve continuar a assumir a mesma prática desse passado próximo que, utilizando termos vendidos até à exaustão, “mudou os Açores”.

Em nosso entender, tal não se verificou, ainda que se tivessem registado algumas evoluções interessantes, aliás como seria natural que acontecesse, já que a maioria decorreu do andamento normal da actividade económica e teria, sem dúvida, ocorrido em qualquer contexto partidário de suporte à actividade governamental. Outras terão beneficiado de condições excepcionais de natureza financeira, algumas direccionadas para tapar “buracos” provocados por uma actuação deficitária em critérios de racionalidade ou até de duvidosa legalidade. Há, por isso, inúmeras insuficiências e erros a apontar às opções tomadas no decurso desses oito anos, o que justifica, aliás, que se tivesse apresentado um programa alternativo que, é bom lembrar, mereceu o apoio de mais de 38,000 açorianos.

Aliás, é interessante constatar que um dos princípios valorizados no Programa se relaciona com o rigor a associar à gestão das finanças públicas regionais, questão que, obviamente, deveria ser uma premissa e não algo que merecesse destaque como bandeira de um Programa de Governo. No entanto, talvez essa seja uma questão que deriva de um complexo de quem tem também na memória os “estragos” causados pela “tempestade” despesista do Governo da República no período de 1995 a 2002.

Mas como a linha essencial do Programa é a de continuidade das opções assumidas nestes últimos anos, vejamos então a que conduziu a política económica seguida desde 1996 e que, pelos vistos, se pretende prosseguir nos próximos anos.

Um episódio recente servir-nos-á como ponto de partida.

Na semana passada, o Governo Regional congratulou-se, com exuberância, com a notícia de que os Açores tinham deixado de se posicionar como a região mais pobre do país em 2002. Um acontecimento que, sem mais considerações, merece manifesto consenso na forma positiva como pode ser recebido.

Mas não existirão comentários adicionais a fazer? Será que se atingiu uma posição invejável em relação a qualquer outra região portuguesa ou da União Europeia? Decorrerá esse facto dos méritos da política económica seguida na realidade açoriana nos últimos anos, ou também se deve a um andamento mais desfavorável na região continental ultrapassada pelos Açores entre as Contas Regionais de 2001 e as de 2002? E não será também verdade que, face aos volumosos meios financeiros de que a Região beneficiou nos últimos oito anos, seria uma obrigação que o processo de convergência se processasse a um ritmo bem superior?

Com efeito, não basta apenas que a região Norte tenha sido ultrapassada. A verdade é que em seis anos de governação, os que mediaram entre a tomada de posse do primeiro governo socialista e o ano com resultados agora divulgados, o PIB *per capita* passou de 75% da média nacional para 82%, traduzindo uma recuperação média anual de cerca de um ponto percentual e permanecendo distante do nível médio do país ou de regiões com características semelhantes, como a Madeira, em que o mesmo indicador atingiu 117%. Verdade é também que em 1974 o mesmo indicador se situava em 43%, o que nos faz concluir que até 1996 a convergência se processou a um ritmo bastante mais significativo, assente numa recuperação média de 1.5 pontos percentuais em cada ano.

Acresce ainda que, na pronta comunicação e comentário do Governo Regional feitos às Contas Regionais de 2002, ficaram por destacar outros dados, que não podem considerar-se despiciendos, também apresentados naquelas. O nível de produtividade é, certamente, aquele que mais poderia e deveria ter sido valorizado, até porque se revela determinante na avaliação da capacidade de crescimento de uma economia. Nesse caso, infelizmente, a Região não largou, como aconteceu na capitação do produto, o extremo inferior da tabela das regiões portuguesas. Os Açores continuam a observar o valor mais desfavorável a nível nacional, correspondente a 82% da média, revelando, portanto, um desfasamento de 18%, uma percentagem que a Região já atingia nos idos de 1996, logo antes de o primeiro dos governos socialistas tomar posse. Ou seja, em seis anos nada se transformou nessa matéria, e a Região, afinal, continuou a revelar as mesmas carências que tinha nessa altura, já para não falar das quebras que levaram esse indicador a 79% da média nacional em 1998 e 1999, ou de nova comparação com a Madeira, que em 2002 ultrapassou em 12% a média nacional.

Mas impõe-se também falar do cenário provavelmente pouco favorável dos anos de 2003 e 2004. Ou seja, avaliar em que medida o abrandamento que abalou a generalidade das economias mundiais pode ter atingido os Açores, já que só alguma ingenuidade, ou algum propósito pouco claro, poderia levar a que se considerasse que uma economia dependente e com defesas de reduzida consistência pudesse escapar a um fenómeno que atravessou o Mundo, quando as principais economias do Globo a ele não conseguiram resistir.

Para o Governo Regional, contudo, a Região manteve-se imune a tais problemas, qual oásis no seio da economia mundial, e tudo não passou de um fenómeno que não chegou a estas ilhas. Se apenas se tivesse em conta o que é veiculado pela máquina publicitária oficial, incluindo os serviços estatísticos tutelados pelo Governo Regional, neste caso

com uma séria reserva quanto à razoabilidade de que esse seja um recurso que possa ser utilizado na luta política, até pela mensagem desfasada da realidade que transmite aos agentes económicos, provavelmente seríamos tentados a dizer que os Açores passaram ao lado da crise. Mas não é verdade, e os próprios dados oficiais o desmentem, ainda que nos panfletos redigidos pelo SREA se pareça estar a comentar uma realidade contraditória com os números que se apresentam “bem ali ao lado”, ou se revele um desajustamento, por vezes chocante, com o discurso dos responsáveis sectoriais do Governo.

Efectivamente, 2003 e 2004 foram de quebra na generalidade dos sectores económicos, não augurando grande futuro para os indicadores globais para a economia açoriana nesse período, ainda que possa ter-se mantido a posição de segunda região mais pobre do país, dado que a situação de crise também deve ter assolado aquela que passou para a “mó mais baixa” em 2002.

Com breves referências, passemos os olhos sobre as evoluções sectoriais mais recentes.

No sector primário, a entrega de leite nas fábricas, com excepção de uma estagnação episódica no primeiro trimestre deste ano, sucedem-se as quedas desde o início de 2003. Descida persistente é também o que se verifica desde meados de 2003 no gado bovino abatido. Na exportação de gado o cenário é também de quebra, a maior das quais chegou a 52%, no segundo trimestre deste ano. Na pesca descarregada, já com reduções em 2004, o ano de 2003 foi de subida significativa em volume, embora traduzida numa descida de 1% em valor.

Na construção o problema é mais antigo, com a dinâmica construtiva efectiva a evidenciar descidas desde meados de 2002, tendência de descida que é também confirmada pela evolução negativa da oferta de cimento desde o segundo trimestre de 2003. A perspectiva de evolução futura do sector não é também a melhor, já que desde Abril de 2003 se iniciou a descida nos licenciamentos de obras, situada em 26.8% a meio do presente ano.

A actividade comercial não vai igualmente bem, decorrendo o sentido de descida desde o início de 2002. A venda de veículos automóveis confirma a mesma conclusão, com quebras que já se situaram acima de 30%, extensivas aos veículos comerciais, o que permite constatar problemas no investimento empresarial.

Na actividade turística, desde 2002 que a oferta cresce bastante mais do que a procura. O crescimento acima de 20% de 2004 tem, por isso, de responder, não só ao aumento das camas já verificado no presente ano, mas também de compensar o fraco crescimento dos anos anteriores. Só assim pode evitar-se o decréscimo das taxas de ocupação, que nos primeiros nove meses do ano se ficaram por 40%, para que seja assegurado retorno suficiente aos volumosos investimentos privados desencadeados. Para isso, é imprescindível um trabalho intenso e cuidado no domínio da promoção da Região, uma área que tem merecido, inexplicavelmente, um tratamento a “reboque” quando deveria ser pro-activo.

E quanto à bandeira da baixa taxa de desemprego? Não queremos ainda falar da aderência dos dados oficiais à realidade sentida no dia a dia. Deixaremos para altura mais oportuna. Mas que conclusão retirar da evolução verificada entre os 2% do primeiro trimestre de 2003 e os 3.8% de Setembro último? Naturalmente, a de que é evidente que a quebra na actividade económica está a exercer uma influência negativa visível nesse domínio.

De passado, mais ou menos próximo, estamos falados. Só a benevolência, ou talvez uma estratégia de “marketing” bem architectada, poderia transmitir uma ideia paradisíaca para uma realidade que os dados, oficiais, convém dizer, mostram estar em queda.

Perante tudo isso, temos um Programa de Governo que pretende manter a postura até aqui adoptada. Do mar de generalidades e intenções óbvias no mesmo contidas, tentaremos fazer os destaques possíveis.

Sabendo-se que a exiguidade do mercado interno não permite a absorção desejada para a produção regional, seria de esperar que o Programa de Governo contemplasse um conjunto de medidas bem definidas na promoção dos produtos regionais no exterior ou na intensificação de missões empresariais, quer para regiões insulares com debilidades idênticas mas diferentes especializações produtivas, quer para outras em que a ligação com os Açores está mais solidificada. A superficialidade da abordagem, no entanto, induz-nos fortes dúvidas em relação às reais intenções de apoio ao sector privado com vertente exportadora.

O capítulo relativo ao turismo mantém o mesmo tratamento superficial. As poucas propostas mais concretas, como é o caso do turismo de cruzeiros, revelam-se de reduzido impacto para potenciar maiores níveis de ocupação. Mesmo duas das áreas fundamentais nesse domínio, a promoção da Região e a formação profissional, esta com especial importância para a necessária melhoria qualitativa do sector, ficam-se, também, por uma abordagem sumária e sem inovação, o que mantém a incógnita em relação à garantia de rentabilidade dos investimentos efectuados, uma penalização que coloca em causa o contributo futuro dos privados para o desenvolvimento do sector.

As medidas previstas para os sectores comercial e industrial são também vagas e insuficientes no contexto de um Programa de Governo. Aliás, esse é um mal que se generaliza a todo o documento. Reduzida novidade, opções óbvias e boas intenções, grande parte das quais se adivinha que ficarão, mais uma vez, no papel, como ficou claro com os últimos planos anuais, sempre apelidados como os “maiores de sempre”, mas que se quedaram por execuções, invariavelmente, de apenas 75%.

Quanto à construção civil e obras públicas, aparte a questão financeira do projecto das SCUT'S para São Miguel, que a seu tempo se pretende ver totalmente esclarecido, a exiguidade de intenções manifestadas junta-se à apologia de um sector que “tem grangeado um crescimento sem igual nos Açores, fruto de um forte e consistente investimento público e privado”. O espanto foi a única reacção que pudemos esboçar

perante esta passagem do Programa de Governo. O que diz tudo, se atentarmos no que se passa desde 2002!

No apoio ao investimento, aqui estaremos para contribuir para a revisão dos sistemas de incentivos, embora também a estreiteza de ideias avançadas não nos permita ficar com uma percepção clara das novidades a introduzir. Por outro lado, ficam dúvidas se é desta vez que vão ser envidados esforços para a atempada regularização dos incentivos aprovados, ou se vai permanecer a eternização dos pagamentos que coloca em causa o necessário planeamento financeiro das empresas.

Uma palavra especial para o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico. Certamente que não é o modelo que apoiamos, e ficou também claro que a nossa filosofia é diferente e assenta em critérios de maior racionalidade. No ponto em que se refere a sua criação, contudo, uma questão nos assusta. A de que se pretende “participar no capital social de empresas privadas mediante critérios claramente definidos e aprovados em Assembleia Legislativa”. Esperemos que sejam mesmo “claros” e que as propostas apresentadas a este Parlamento sejam suficientemente esclarecedoras, não enformando de um tratamento pela “rama” que permita ao Governo uma actuação “descansada” na análise e decisão das referidas participações.

Finalmente, as finanças públicas. A intenção de rigor, obviamente, merece todo o nosso apoio, embora, como já referimos, nos pareça desusado o destaque que lhe foi dado, mais parecendo ter sido um dos principais problemas do governo antecedente. Ficam também fortes e continuadas dúvidas em relação aos fluxos que não irão passar por esta Assembleia, pelo facto de se escolherem novos instrumentos de desorçamentação. Para além dos já existentes, na reconstrução, nos portos ou na saúde, juntam-se agora os da transformação do IROA em sociedade anónima e das SCUT’s, cuja fundamentação continua insuficientemente esclarecida, não sendo claro se apenas se tratou de uma medida expedita para se ultrapassarem limitações ao endividamento. Aliás, estaremos atentos à evolução da dívida pública, quer a de natureza directa, quer as responsabilidades que indirectamente possam ser criadas.

Uma palavra final para as declarações recentes do Senhor Vice-Presidente do Governo, quando disse que a evolução da economia regional estava a originar uma “situação de cada vez menor dependência dos fundos da UE”. Deus queira que o jornal onde foi entrevistado não tivesse nesse dia chegado aos corredores de Bruxelas, especialmente porque se encontra em preparação o Quadro Comunitário de Apoio para o período de 2007 a 2013, o que acontece depois da entrada de 10 novos Estados-Membros, seguramente sequiosos de meios financeiros para colocar à disposição do seu desenvolvimento.

Aqui estaremos à espera do Plano e Orçamento para melhor analisarmos as intenções reais deste Programa de Governo. Estaremos também aqui para seguirmos com atenção a actuação do Governo no domínio económico e financeiro, o que poderemos fazer melhor se, obviamente, nos forem facultados os elementos necessários. Pensamos que essa seria uma boa prática a implementar por este Governo, que se constituiria,

certamente, como uma das novidades possíveis num Programa que está francamente carenciado das mesmas.

António Soares Marinho